

Prós e contras à ida ao FMI. Em análise fria.

O que o Brasil ganha ou perde com a volta ao Fundo Monetário Internacional? Aceitando o desafio de dar uma resposta isenta a esta questão, o professor de economia para empresários da Fundação Getúlio Vargas, Manoel Francisco Pereira, que também é vice-presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, disse que tanto pode haver recessão quanto reaquecimento da economia brasileira, dependendo do tipo de acordo que for formalizado. Na prática, diz ele, grande parte do chamado receituário do FMI, como arrocho salarial, fiscal e monetário e realismo cambial já vigoram no País. O economista afirmou também que indo ou não ao FMI, o Brasil terá que fazer ajustes pesados, se quiser sair da crise.

O FMI, em sua opinião "não é nem panacéia nem bicho-papão da economia brasileira". A moratória, segundo o economista, "é um instrumento de negociação" mas ao mesmo tempo "um atestado de pobreza" e que por isto não deve ser mantida eternamente, sob pena de levar o País ao alijamento definitivo do sistema financeiro internacional.

Uma das primeiras vantagens decorrentes da formalização de um acordo com o FMI, segundo Manoel Francisco Pereira, é que, internamente, seriam criadas as condições para a contenção efetiva do déficit público. Além disto, diz ele, do ponto de vista financeiro, o Brasil seria beneficiado com a entrada de mais de US\$ 3 bilhões vindos do Japão. Da mesma forma, teria condições de refinarciar a dívida com o Clube de Paris, e facilitaria a realização de outros acordos.

Em decorrência dessas vantagens, afirma Pereira, a economia brasileira teria um comportamento melhor do que se for mantida a ruptura. "Teríamos uma transferência de recursos para o Exterior menor e compatível com a necessidade de desenvolvimento. A moratória já se esgotou como instrumento de negociação da dívida. Não adianta querer sonhar em estendê-la, pois os banqueiros não aceitam."

A principal desvantagem da volta ao FMI, segundo Pereira, é que o País poderia ficar sujeito a uma recessão. Esta hipótese é fundamental na possibilidade de um acordo nos moldes convencionais, onde a economia brasileira passaria a ser monitorada externamente, como aconteceu em 1982/83. Neste caso, segundo o economista, o FMI imporá ao País a necessidade de remessas de recursos para o Exterior, para pagamento dos juros da dívida, e não haveria os previstos 3% de crescimento do Produto este ano.